INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NA PLATAFORMIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA *HOLDING* SER EDUCACIONAL S.A. E AS IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE

Elioenai Silva Lazame - UFPA (elioeniasilvalazame@gmail.com)
Amanda Oliveira de Almeida Alves - UFPA (amandaalmeida.ufpa@gmail.com)
Fabiola Grello Bouth Kato - UFPA (fabiolakato@ufpa.br)

Eixo 1 – Política econômica e financiamento da educação superior no Brasil

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, organismos multilaterais como Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) vêm exercendo influência decisiva na reconfiguração das políticas educacionais globais, difundindo uma agenda voltada à adoção de tecnologias digitais como suposta solução universal para os desafios educacionais. Essa orientação ancora-se a um movimento mais amplo de financeirização da educação e, mais recentemente, de plataformização, no qual a educação passa a ser tratada como espaço estratégico de circulação e acumulação de capital.

No Brasil, esse contexto global encontra terreno fértil no avanço dos grandes conglomerados educacionais listados na Bolsa de Valores, cuja atuação se orienta por métricas de rentabilidade, escalabilidade e redução de custos (Chaves, 2010). Entre essas empresas, destaca-se o Grupo Ser Educacional, que desde 2017 utiliza a plataformização como elemento central de sua estratégia empresarial (Kato; Alves; Lazamé, 2024)

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a agenda político-educacional produzida pelos organismos multilaterais impulsiona a plataformização da educação no Brasil e influencia as estratégias de expansão e valorização acionária de empresas educacionais financeirizadas, com foco na atuação da Ser Educacional. O problema que orienta a pesquisa pode ser assim formulado: de que modo as diretrizes internacionais de digitalização da educação reforçam os modelos corporativos de expansão da *holding* Ser Educacional S.A, e quais são suas implicações para o trabalho docente?

METODOLOGIA

A pesquisa adota a análise documental, fundamentada nos estudos sobre financeirização (Chesnais, 2001), plataformização (Poell; Nieborg; Dijck, 2020) e reestruturação do ensino

superior no Brasil (Sguissardi, 2008). Os procedimentos metodológicos envolveram: análise documental de relatórios recentes do Banco Mundial (2024), UNESCO (2025) e OCDE (2026), com foco nas recomendações relacionadas à plataformização da educação por meio da inteligência artificial (IA). Também foram analisados relatórios financeiros da Ser Educacional (2017–2025), disponíveis para investidores, com ênfase nas estratégias de expansão no mercado financeiro.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os documentos divulgados pelos organismos multilaterais mostram que, desde os anos 2000, essas instituições passaram a difundir a ideia de que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) seriam o caminho para ampliar acesso, reduzir custos e otimizar sistemas educacionais. Entretanto, com o avanço acelerado da IA e, sobretudo, com a popularização da IA generativa[1], a agenda dos organismos multilaterais passou por uma reconfiguração importante. A partir de 2018 (e com ainda mais intensidade após a pandemia do COVID19 em 2020) os relatórios passaram a apresentar a IA não apenas como uma ferramenta complementar, mas como um novo paradigma educacional.

Documentos recentes, como o relatório "A revolução da Inteligência Artificial (IA) na educação", publicado pelo Banco Mundial (2024), apresenta a IA como um novo marco de transformação estrutural dos sistemas educacionais. O documento argumenta que a IA generativa pode ampliar o acesso ao ensino, personalizar a aprendizagem e apoiar professores em tarefas administrativas. Destaca ainda que o papel do professor é transformado, passando de transmissor de conteúdo a "mediador" especializado em ambientes híbridos e plataformizados.

Na mesma direção, o relatório "Inteligência artificial e o futuro da educação: rupturas, dilemas e rumos", publicado pela UNESCO (2025), defende que a IA inaugura novas relações entre ensino, aprendizagem e trabalho docente, com potencial para prever dificuldades dos estudantes e automatizar tarefas pedagógicas. Também recomenda que governos, especialmente de países em desenvolvimento, invistam em infraestrutura digital e formação docente para o uso de plataformas, articulando IA a estratégias nacionais de desenvolvimento social e econômico.

A OCDE, no relatório "Perspectivas da Educação Digital para 2026: Explorando usos eficazes da IA generativa na educação", aponta ainda que a IA pode contribuir para ampliar o

[1] IA generativa é um tipo de inteligência artificial treinada para criar conteúdos — como textos, imagens, vídeos, músicas e códigos — a partir de grandes volumes de dados.

acesso a conteúdos educacionais, criar novos recursos didáticos e fortalecer ambientes de aprendizagem híbridos e digitais. O relatório enfatiza que "37% dos professores do ensino fundamental II já utilizam IA generativa para tarefas relacionadas com o trabalho – como aprender ou resumir tópicos e apoiar o planejamento de aulas" (OCDE, 2026, p. 05), e destaca que a expectativa para 2026 é que esse uso se aprofunde.

Nota-se que a perspectiva predominante nos três relatórios analisados adota uma posição entusiasta, que atribui à IA a capacidade de resolver problemas estruturais da educação sem enfrentar suas raízes socioeconômicas, políticas e trabalhistas. Essa abordagem tende a reduzir o papel do professor a um mediador de plataformas, desvalorizando sua autonomia intelectual e suas condições de trabalho. Além disso, a lógica de eficiência, mensuração e padronização reforça modelos de vigilância sobre docentes e estudantes, deslocando decisões pedagógicas para sistemas automatizados ou gestores orientados por indicadores.

No Brasil, esse discurso converge com o processo de financeirização do ensino superior, caracterizado pela abertura de capital de grandes grupos educacionais (Chaves, 2010). Empresas como a Ser Educacional passaram a operar sob lógica financeira, utilizando a governança corporativa como modelo de gestão e os imperativos da Bolsa de Valores como motor de decisões institucionais (Kato, 2025). Assim, para garantir retorno aos acionistas, tais organizações investem em expansão acelerada do ensino a distância/semipresencial, cuja estrutura permite maior utilização de plataformas digitais e menores custos administrativos.

Esse processo tem efeitos diretos sobre a organização acadêmica e o trabalho docente. No caso da Ser Educacional, a plataformização não se restringe à introdução de ferramentas digitais de apoio ao ensino, mas constitui uma mediação estratégica da financeirização, na medida em que reorganiza a oferta educacional, amplia a escala de atendimento, padroniza processos pedagógicos e permite a racionalização dos custos operacionais. Assim, a transformação digital da empresa deve ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de reconfiguração do ensino superior privado, no qual a tecnologia passa a operar como infraestrutura de acumulação, controle e gestão do trabalho.

A trajetória recente da Ser Educacional evidencia esse movimento. Conforme sistematizado por Kato, Alves e Lazamé (2024), entre 2017 e 2025, a companhia adotou um conjunto de estratégias voltadas à incorporação da cultura digital, como a criação de plataforma EaD, investimento em infraestrutura para educação a distância, implantação do SRS — Ser Retention System — e do Tutor Guardião, contratação de consultoria para o projeto Ser Digital, lançamento do Campus 2.0, aquisição da Overdrives, uso de realidade aumentada, inteligência artificial e automação de processos.

Esse movimento se intensificou com a aquisição do portal Beduka, a introdução da Sala Ser Digital, a adoção do modelo UBIQUA, a criação do Campus Digital, a aquisição da FAEL, Starline e Delinea, além da criação de fintechs e plataformas vinculadas à educação continuada. Esse conjunto de ações demonstra que a digitalização não aparece como dimensão periférica, mas como eixo estruturante da estratégia empresarial da holding.

Neste cenário, o trabalho docente passa a ser cada vez mais mediado por sistemas digitais que definem ritmos, prazos, formas de acompanhamento, registros, relatórios e métricas de desempenho. Doorn (2021, p. 57) define o trabalho por plataformas como aquele "mediado, organizado e governado por plataformas digitais". Enquanto os discursos empresariais e os organismos multilaterais apresentam a digitalização e a inteligência artificial como instrumentos de modernização, suas formas concretas de implementação tendem a reforçar a lógica da padronização. Desse modo, aquilo que aparece como inovação pedagógica pode expressar, em sua essência, a intensificação do controle sobre docentes e estudantes.

Essa dinâmica repercute diretamente na autonomia docente. A centralização curricular e a padronização das práticas pedagógicas reduzem a margem de decisão dos professores sobre o planejamento, a avaliação e a condução do processo formativo. Sebim (2014, p. 127) observa que há uma "imposição de conteúdos e formas de trabalhar" que "alienam (proletarizam) o trabalho docente". Assim, o professor tende a deixar de ser sujeito intelectual do processo pedagógico para se converter em operador de conteúdos, plataformas e protocolos definidos externamente. A docência, nesse contexto, é deslocada de sua dimensão autoral, crítica e criativa para uma função de execução e monitoramento.

Além da perda de autonomia, a plataformização produz novas formas de intensificação do trabalho. O docente passa a acumular atividades presenciais, virtuais, administrativas e comunicacionais, muitas vezes sem correspondência remuneratória. A alimentação constante de sistemas, o acompanhamento de estudantes em ambientes virtuais, o preenchimento de relatórios, a participação em plataformas institucionais e a comunicação contínua por aplicativos ampliam a jornada real de trabalho. Cutrim (2018, p. 95) identifica esse movimento ao destacar as "cobranças e monitoramento em relação ao ambiente virtual de aprendizagem" e as "muitas cobranças pelo telefone, principalmente através do WhatsApp". Dessa forma, a tecnologia não reduz necessariamente o trabalho docente, ao contrário, pode ampliar sua disponibilidade permanente e naturalizar a extensão da jornada para além do espaço institucional.

Carvalho e Souza (2020), ao analisarem a UNAMA/Grupo Ser Educacional, evidenciam que a financeirização repercute na precarização dos contratos, na intensificação das exigências

institucionais e na perda de autonomia dos professores. Vale (2020, p. 9), por sua vez, afirma que as mudanças no marco trabalhista "intensificaram a insegurança contratual e a sobrecarga para os docentes". Nesse sentido, a plataformização não pode ser dissociada da flexibilização das relações de trabalho, da instabilidade profissional e da fragilização da carreira docente.

Outro aspecto relevante refere-se à expropriação do saber pedagógico. A plataformização captura dimensões do trabalho docente que antes estavam vinculadas à experiência profissional, à criatividade didática e à relação pedagógica direta. Antunes (2018, p. 41) afirma que "o capital busca capturar não apenas a força física do trabalhador, mas também sua capacidade intelectual, afetiva e comunicacional". Na educação superior, essa captura ocorre quando planos, conteúdos, avaliações, registros de aprendizagem e interações pedagógicas passam a ser incorporados às plataformas institucionais e transformados em dados, métricas e ativos estratégicos. A docência, portanto, é submetida a um processo de apropriação tecnológica de sua dimensão intelectual.

As repercussões subjetivas desse processo também são significativas. A gestão por métricas e a responsabilização individual pelos resultados produzem novas formas de performatividade docente. Ball (2014, p. 41) afirma que "o professor é incitado a gerir a si mesmo como uma empresa". Essa racionalidade induz o docente a assumir individualmente responsabilidades que são determinadas por condições estruturais, como turmas numerosas, precarização contratual, baixa remuneração, pressão por resultados, instabilidade e ausência de suporte tecnológico adequado. Com isso, a plataformização contribui para a culpabilização do professor, para o isolamento profissional e para o sofrimento no trabalho.

Portanto, as repercussões da plataformização do trabalho docente no Grupo Ser Educacional expressam a articulação entre organismos multilaterais, financeirização da educação superior e estratégias empresariais de transformação digital. As diretrizes internacionais que defendem a digitalização, a inteligência artificial e a eficiência dos sistemas educacionais encontram, no setor privado financeirizado, uma forma concreta de materialização: plataformas integradas, expansão do EaD, gestão por indicadores, automação de processos e reorganização do trabalho docente.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a influência dos organismos multilaterais na plataformização do ensino superior brasileiro se realiza por mediações políticas, econômicas, regulatórias e empresariais, articulando discursos de inovação, eficiência, personalização da aprendizagem e uso de inteligência artificial às estratégias dos conglomerados educacionais financeirizados. No caso

da Ser Educacional S.A., a transformação digital expressa-se na criação de plataformas, aquisição de edtechs, expansão do EaD, adoção de modelos híbridos, automação de processos acadêmicos e incorporação da tecnologia como núcleo estruturante da gestão educacional e do trabalho docente. Como consequência, a plataformização tende a intensificar a jornada docente, ampliar mecanismos de controle e monitoramento, reduzir a autonomia pedagógica, expropriar saberes profissionais e fragilizar as condições de trabalho, evidenciando as contradições de um modelo educacional subordinado, essencialmente, à rentabilidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. Boitempo editorial, 2018.

BANCO MUNDIAL. A revolução da Inteligência Artificial (IA) na educação. 2024.

CARVALHO, Elen Lúcia Marçal de. SOUZA, Reinaldo Antônio do Amor Divino de. As condições do trabalho docente na Universidade da Amazônia/Grupo Ser Educacional: Efeitos da financeirização no Ensino Superior Privado. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 03, Vol. 10, pp. 133-154, 2020.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 481-500, 2010.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro Revista**, ed. 05, fev. 2001.

KATO, Fabíola Bouth Grello; ALVES, Amanda Oliveira de; LAZAME, Elioenai Silva. O grupo Ser Educacional SA, a governança corporativa e as estratégias de lucratividade: expansão EaD e cultura digital. **Revista Cocar**, n. 29, 2024.

KATO, Fabíola. O Trabalho Docente no Contexto da Governança Corporativa: o estudo de uma IES do Grupo Ser Educacional SA. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 15, 2025.

OCDE. Perspectivas da Educação Digital da OCDE para 2026: explorando usos eficazes da IA generativa na educação. 2026.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; DIJCK, José Van. Plataformização. **Revista Fronteiras**, 2020.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.

UNESCO. Inteligência artificial e o futuro da educação: rupturas, dilemas e rumos. 2025.